


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2018, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

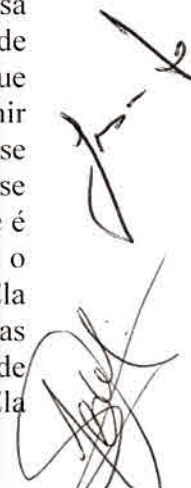
Às quinze horas do dia quinze de março de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, no Município de Olinda. Essa audiência pública foi proposta pelo vereador Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO). **O vereador Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL) assumiu a presidência e declarou aberta a audiência pública.** Inicialmente foi composta a Mesa com as seguintes autoridades: Jorge Federal (Presidente), Terezinha Nunes (Deputada Estadual), Laura Gomes (Deputada Estadual), Maísa Silva Melo de Oliveira (Promotora do Ministério Público de Pernambuco), Leda Pessoa (Defensora Pública do Estado de Pernambuco), Arlindo Siqueira (Representante do Poder Executivo Municipal de Olinda). O Presidente registrou a presença da senhora Germana Soares (Presidente da União das Mães de Anjos), da senhora Pollyana Dias (Presidente da AMAR - Aliança de Mães e Famílias Raras), Emicleide Viana (AME – Associação das Mães Especiais de Olinda), a senhora Juliana Salazar (Procuradora Legislativa), Silvana Matos (Pesquisadora da UFPE), Zelma Pessoa (Secretária Executiva de Atenção à Saúde do Município de Olinda). O Presidente Jorge Federal convidou a Deputada Terezinha Nunes para discursar e explicar os objetivos da presente audiência. Ela comentou que a Frente Parlamentar em defesa da Pessoa com Deficiência foi criada há um ano para debater as questões das pessoas com deficiência em Pernambuco. O objetivo é elaborar um documento para traçar um panorama de como está hoje a situação no Estado e fazer proposições e discussões para acompanhar as medidas que serão adotadas. Ela afirmou que essa Frente Parlamentar possui pessoas de vários órgãos como Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, além de deputados. Ou seja, há representantes dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Terezinha comentou que segundo informações obtidas por pesquisas do IBGE 23% da população brasileira declarou possuir algum tipo de deficiência. Ela também comentou um pouco sobre os casos de microcefalia em Pernambuco. Ela disse que segundo pesquisas da ONU, 15% da população mundial têm algum tipo de deficiência. Já em Pernambuco esse percentual foi de 27,3%. Por fim, a Deputada solicitou informações sobre as políticas públicas adotadas por Olinda em atenção às pessoas com deficiência. O Presidente Jorge Federal registrou a presença do senhor José Diniz, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - CONED. **O Presidente Jorge Federal passou a Presidência da audiência pública para a Deputada Terezinha Nunes, pois precisava comparecer a uma solenidade fora da Câmara Municipal de Olinda.** Terezinha Nunes pediu ao Presidente Jorge Federal para que fosse criada uma frente parlamentar em defesa das pessoas com deficiência na Câmara Municipal de Olinda. O Presidente Jorge Federal afirmou que será criada uma frente parlamentar juntamente com a Comissão de Direitos Humanos. Ele disse que será feita uma resolução para que essa frente seja permanente dentro da Comissão de Direitos Humanos. Alguns cidadãos que participavam da audiência pública se posicionaram contrários à saída do Presidente da Câmara da audiência pública, que tinha compromisso de participar de uma solenidade externa à Câmara Municipal. A vereadora Denise Almeida e a Deputada Terezinha Nunes tentaram acalmar os ânimos e dialogaram com as cidadãs para dar continuidade à audiência pública. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para o senhor Gilson Diniz, coordenador municipal da Pessoa com Deficiência. Gilson Diniz falou que o seu papel na secretaria é de viabilizar e articular com a sociedade políticas



públicas para as pessoas com deficiência. Ele disse que há trabalhos em andamento para facilitar as condições das pessoas com deficiência. Falou que o programa 'Livre Acesso' foi descentralizado para os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e que está viabilizando o curso de LIBRAS para os funcionários da educação e da saúde com vistas a melhorar o atendimento aos deficientes. Ele afirmou que a principal preocupação da Secretaria de Saúde é descentralizar os serviços para facilitar o acesso dessas pessoas com deficiência. Falou também do projeto de lei que será encaminhado da Prefeitura para a Câmara de Olinda que trata do conselho da pessoa com deficiência. Afirmou que no carnaval de Olinda também há o camarote acessibilidade. Finalizou falando do projeto 'Praia Sem Barreira' que está em estudo para ser implantado no Município. Terezinha Nunes registrou a presença do vereador Jesuíno Araújo e passou a palavra para o Secretário de Saúde do Município de Olinda, o senhor Eud Johnson. O Secretário de Saúde comentou sobre a caminhada que fez para sensibilizar as pessoas quanto à questão das pessoas com deficiência. Ele afirmou que algumas ações estão sendo realizadas na Vila Olímpica relacionadas a esse tema. A vereadora Denise Almeida discursou e disse que seu gabinete estará fazendo um ofício com uma ata de tudo o que ocorreu na audiência e levará essa pauta para a Reunião Ordinária. Ela convidou o vereador Jesuíno Araújo para fazer parte da Mesa. Terezinha Nunes passou a palavra para a Deputada Laura Gomes, relatora da Frente Parlamentar. Laura Gomes afirmou que está nessa luta pelos deficientes para fortalecer as políticas públicas e ajudar a pôr em prática essas políticas em prol das pessoas com deficiência. A próxima a discursar foi Zelma Pessoa, Secretária Executiva de Atenção à Saúde do Município de Olinda. Ela afirmou que a Secretaria de Saúde está se esforçando para dar atenção integral às pessoas com deficiência. Ela fez uma apresentação de slides tratando o conceito de pessoa com deficiência, mostrando a política municipal de saúde específica para deficientes, traçando as diretrizes, mostrou as estruturas da atenção básica e da atenção especializada em Olinda e finalizou comentando a respeito das ações realizadas ao longo dos meses de gestão na área de atenção à saúde e os desafios que a Secretaria está trabalhando para superar. A Deputada Terezinha Nunes passou a palavra para Maria do Carmo Pontes, Representante da Secretaria de Educação de Olinda na Gerência de Inclusão de Jovens na Escola. Maria do Carmo afirmou que há algumas escolas que têm salas de recursos que possuem estagiários para trabalhar com educação e inclusão de pessoas com deficiência. Ela pediu para que os pais e responsáveis entrem em contato com a Secretaria de Educação, especificamente a divisão de inclusão, para dar assistência às pessoas com deficiência. Ela também afirmou que a divisão de educação infantil se encontra à disposição para atender essas pessoas no que for possível. A Presidente da audiência registrou a presença do vereador Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA) e passou a palavra para o Secretário Arlindo Siqueira. Ele contou um pouco sobre sua deficiência, falou da sua trajetória na política e afirmou que sempre lutará em prol das pessoas com deficiência. Por fim, afirmou que o Prefeito tem o olhar voltado para a luta das pessoas com deficiência. Terezinha Nunes afirmou que esse tipo de discussão é primordial para fortalecer as equipes do município que estão participando da audiência para melhorar o atendimento do Poder Público às pessoas com deficiência. Em seguida, a Presidente da audiência passou a palavra para o vereador Jesuíno Araújo. O vereador se desculpou pelo atraso e afirmou que estava participando de uma ação no canal da Avenida México, que fica na divisa entre Olinda e Paulista. Ele afirmou que desde o seu primeiro mandato em 2013 vem levantando a bandeira em defesa das pessoas especiais. Ele disse que esse problema da falta de assistência às pessoas com deficiência vem de muitos anos e que é necessário discutir e colocar em prática o que foi discutido nas audiências sobre o tema. Comentou que é



preciso que o Poder Público visite as comunidades para se aproximar mais e realizar um trabalho de inclusão dessas pessoas nas políticas públicas do Município. Jesuíno comentou sobre um projeto de lei de sua autoria que tratava da carteira de 'Acesso Fácil' para atendimento diferenciado das pessoas com deficiência e seus responsáveis. Finalizou dizendo que espera que cada secretaria de Olinda se sensibilize e tente resolver ou pelo menos amenizar o sofrimento das pessoas com deficiência e seus responsáveis e se colocou à disposição para ajudar nessa causa. Seguindo com a audiência pública, abriu-se a lista de inscritos. A primeira a falar foi a senhora Emicleide Viana da AME – Associação das Mães Especiais de Olinda. Ela pediu mais atenção do Poder Público para a causa da pessoa com deficiência. Emicleide afirmou que será realizada uma reunião, dia 20 de março, da AME com o INSS na Vila Olímpica para tratar da questão dos benefícios pagos aos responsáveis pelas pessoas com deficiência e pediu às secretarias de Olinda e todos que estão presentes na audiência pública para comparecerem à reunião. Finalizou informando sobre a caminhada pelos autistas que será realizada no dia 2 de abril na Vila Olímpica. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para o vereador Vlademir Labanca. Ele afirmou que esse tema é muito importante e que desde o começo de seu mandato defende políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência. Afirmou que foi o autor do projeto de lei que garante acesso gratuito de pessoas com deficiência aos eventos socioculturais em Olinda. Ele comentou que fez um pedido de informação junto a Prefeitura de Olinda para saber como está a aplicação dessa lei, pois recebeu reclamações de pessoas que queriam participar de algum evento e foram impedidas. Sugeriu ao Secretário Arlindo Siqueira para que ao emitir o alvará haja a instrução para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos eventos. Também comentou a respeito de um projeto de lei de sua autoria que obriga os supermercados de grande porte a terem cadeiras de rodas motorizadas em suas dependências. Vlademir Labanca comentou sobre a lei que cria os conselhos da pessoa com deficiência afirmando que ela será muito importante para fortalecer a luta pela causa das pessoas com necessidades especiais. Por fim, pediu ao Secretário de Saúde para realizar um convênio, na medida do possível, com a ADEPE – Associação dos Deficientes de Peixinhos para que essa associação não pare suas atividades por falta de apoio. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para a senhora Germana Soares, Presidente da UMA – União das Mães de Anjos. Ela afirmou que a associação acolhe crianças com a síndrome congênita do Zika vírus e são 395 crianças em todo o Estado de Pernambuco. Em Olinda, Germana disse que são 26 famílias. Com relação à saúde, ela afirmou que o centro de reabilitação não tem a mínima condição de atender essas crianças, pois faltam profissionais de diversas áreas e especialidades além de condição precária de materiais e equipamentos para o trabalho de reabilitação. Reclamou que nos postos de saúde de atenção básica não há médicos para atender a essa demanda. Passando para a área de educação, Germana reclamou da falta de profissionais e de preparo para trabalhar com as crianças com deficiência. Afirmou que faltam profissionais para cuidar dessas crianças e que os estagiários não podem assumir esse encargo. Ela afirmou que Olinda é um Município omissivo e não inclusivo nesse aspecto das pessoas com deficiência. Disse que o Poder Público não mostra interesse com o tema. Germana parabenizou a disponibilização do leite fortificante (Fortini) que é oferecido pelo Município às crianças com deficiência. Comentou que Olinda teve o camarote da acessibilidade, mas que faltou essa acessibilidade no expresso da folia. Ela disse que é obrigado ter cadeiras de rodas nos mercados. Falou que as ruas e calçadas não têm acessibilidade. A Prefeitura e a Câmara Municipal não possuem rampas de acessibilidade. Germana criticou a falta de acessibilidade nos transportes públicos. Ela




também comentou que na UMA 76% das mulheres foram abandonadas pelos maridos após os filhos nascerem com microcefalia. 92% das mulheres deixaram seus empregos para cuidarem dos seus filhos com deficiência. Germana comentou que a Prefeitura de Campina Grande tem um programa de ajuda de custo de um salário mínimo para cada mãe que possui uma criança com deficiência. Pediu para que o Poder Público coloque em prática as políticas públicas voltadas para a população com deficiência. Passou a palavra para a senhora Aline, mãe do Daniel para que ela desse seu depoimento. Aline afirmou que na rua onde mora não há agente de saúde. Afirmou que quando precisa ir ao posto de saúde é um sacrifício para conseguir uma consulta com um pediatra. Finalizou reclamando que ela não está cadastrada na lista do Estado, pois ninguém foi a sua casa realizar esse cadastro. Germana passou a palavra para a senhora Jaqueline, mãe do Daniel. Ela reclamou que compareceu ao posto de saúde com seu filho, mas que não a atenderam alegando que aquele posto de saúde não atendia pessoas com deficiência e a encaminhou para o IMIP. Ela reclamou da falta de creches para as crianças com deficiência e da falta de equipamentos e materiais do centro de reabilitação de Olinda. Falou que o Município de Olinda não oferece transporte para o deslocamento das mães com seus filhos deficientes às clínicas de reabilitação e aos postos de saúde. A próxima a falar foi a senhora Ana Paula, mãe do Danilo. Ela falou que a rua onde mora não possui agente de saúde para realizar o cadastro dela e do seu filho. Reclamou que o posto de saúde que fica perto de sua casa alega que não pode atendê-la porque ela não é cadastrada. Ela disse que faz o tratamento do filho no Município de Recife, pois Olinda não oferece tratamento de qualidade. Finalizou dizendo que as únicas medidas positivas que Olinda oferece são a feira básica mensal e o leite fortificante. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para a senhora Pollyana Dias, Presidente da AMAR - Aliança de Mães e Famílias Raras. Pollyana disse que atende em Pernambuco 420 famílias e indiretamente atende 1600 pessoas na AMAR. Ela afirmou que a AMAR é pequena e composta por mães e voluntários fazendo um trabalho de assistência social. Pollyana afirmou que Olinda não tem estrutura nenhuma para acolher as pessoas com deficiência e não dá assistência as famílias dessas pessoas. Ela também reclamou da educação oferecida em Olinda. Afirmou que educação inclusiva não é apenas colocar uma criança com deficiência dentro de uma sala de aula. Ela afirmou que a assistência social de Olinda é invisível, não existe. Finalizou dizendo que as leis têm que ser cumpridas e que Olinda precisa tomar uma atitude para mudar esse quadro atual de inércia na questão das pessoas com deficiência. A Presidente da audiência passou a palavra para a senhora Máisa Silva Melo de Oliveira, Promotora do Ministério Público de Pernambuco. Ela começou parabenizando a senhora Germana pela força de vontade e determinação em prol da causa das pessoas com deficiência. Afirmou que os serviços públicos são um direito do cidadão e não um favor oferecido pelo Poder Público. Máisa disse que o MPPE vem cobrando do Município de Olinda a implantação do CAPS infantil, que é um atendimento psicossocial para as crianças com deficiência. Colocou-se à disposição para ajudar nesta causa. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para o senhor José Diniz, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - CONED. Ele afirmou que acompanha Olinda há 20 anos e notou que o Município não mudou nada com relação à causa das pessoas com deficiência. Comentou que a lei do conselho municipal da pessoa com deficiência ainda não foi aprovada, não saiu do papel. Afirmou que será encaminhado um ofício ao Presidente da ALEPE para que a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência passe a ser uma Comissão Permanente dentro da estrutura da própria ALEPE. Por fim, ele pediu as duas deputadas presentes para que inferissem junto ao Governador, pois o Ministério Público em Belo Jardim, depois de muitos anos, deu uma

liminar para as pessoas com deficiência terem direito ao transporte público coletivo intermunicipal para o Estado todo. Falou que a Procuradoria do Estado está entrando com um recurso para derrubar essa liminar. Ele disse que todas as entidades devem se mobilizar juntamente com as deputadas para isso chegar ao Governador para que esse direito ao transporte coletivo prevaleça. Terezinha Nunes afirmou que no final do mês a Frente Parlamentar irá se reunir com o Governador e levará a proposta de mudança do cartão VEM. Irá tratar também da questão do transporte do interior. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para a senhora Leda Pessoa, Defensora Pública do Estado de Pernambuco. Ela afirmou que ficou emocionada com os depoimentos e a luta das mães que estavam presentes. Disse que a Defensoria Pública tem o papel de lutar junto com a população para alcançar as melhoras que os cidadãos têm direito. Por fim, disse que estava assumindo um compromisso com as mães de Olinda e se colocou à disposição para defender os direitos dessas mães. O próximo a falar foi o senhor Jeziel, da Superintendência Estadual da Pessoa com Deficiência-SEAD. Ele afirmou que é um militante do segmento das pessoas com deficiência, que já trabalhou no governo municipal e agora trabalha no governo estadual na defesa desse segmento da população. Ele rebateu os que afirmaram que Olinda continuava a mesma coisa com relação às políticas públicas nessa área. Falou do programa Praia Sem Barreiras que foi um avanço dentro do Município. Afirmou que o programa foi extinto, mas que a atual gestão está trabalhando para retomá-lo. Falou da criação do Conselho da Pessoa com Deficiência. Afirmou que com a criação desse conselho será feita uma interlocução entre a sociedade civil e o governo municipal na implantação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Disse também que há a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, que trabalha propondo políticas públicas relacionadas a esse tema, porém sem poder de execução dessas políticas públicas. Falou que haverá uma reunião para implantar mais semáforos com sinal sonoro para deficientes na cidade. Falou do camarote da acessibilidade. Ele afirmou que a gestão está preocupada com a causa das pessoas com deficiência. Finalizou comentando a respeito dos novos postos de saúde que foram inaugurados com a estrutura de acessibilidade. A Presidente da audiência afirmou que Recife investe pouco em políticas de acessibilidade, mas que o Estado supre essa omissão do citado município. Afirmou também que todos os municípios de Pernambuco são omissos quanto a esse tema. Seguindo com a audiência, o próximo a falar foi o vereador Jesuíno Araújo. Ele agradeceu a oportunidade que teve de conhecer as dificuldades e se colocar no lugar dessas pessoas durante a audiência. Falou que a Câmara de vereadores vem lutando pela causa das pessoas com deficiência. Jesuíno disse que desde a gestão passada que vem brigando para que a Prefeitura crie o Conselho da Pessoa com Deficiência e o CAPs infantil. Afirmou que não sabia que em Olinda havia 26 crianças com microcefalia. Finalizou dizendo que está à disposição para lutar nesta causa e cobrar do Poder Executivo soluções e políticas públicas em prol das pessoas com deficiência. A senhora Germana pediu para que haja representantes da sociedade civil na composição do Conselho da Pessoa com Deficiência. A próxima a falar foi a vereadora Denise Almeida. A vereadora afirmou que fez uma indicação de um projeto de lei para o Prefeito no sentido de criar um centro de atendimento especializado para crianças com deficiência. Ela disse que a idéia é que seja criado na Vila Olímpica de Olinda. Falou que será criada uma comissão com representantes das secretarias, de vereadores e ainda da sociedade civil para pressionar o governo e buscar emendas parlamentares para a criação desse centro. Afirmou que a idéia é a de atender também as mães dessas crianças com cursos profissionalizantes, atendimento psicológico entre outros para atender às necessidades dessas mães. Convidou todas as mães presentes na audiência para fazer parte dessa comissão. O próximo a falar foi o

Secretário de Saúde Eud Johnson. Ele afirmou que são essas discussões que fazem com que o governo interaja com a sociedade. Ele disse que está claro que o município precisa avançar muito nessas questões e pediu apoio e vontade de todos para melhorar esse quadro. Comentou sobre a reforma de vários postos de saúde e disse que foi várias vezes a Brasília para pedir ao Ministério da Saúde a volta do Programa 'Mais Médicos' que estava bloqueado. Eud disse que quer agendar uma data para se reunir com a senhora Germana e a senhora Pollyana e traçarem juntos as metas que podem ser realizadas. Por fim, falou que o CRO é para adultos, mas que está trabalhando muito para conseguir instalar o CRO infantil para atender a todas as crianças que necessitam de tratamento. A senhora Pollyana falou que o problema dos postos de saúde é a falta de qualificação dos profissionais, pois eles não estão preparados para atender as crianças com microcefalia e outras doenças raras. Terezinha Nunes agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública da frente parlamentar em defesa das pessoas com deficiência. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.



JORGE FEDERAL - Presidente



JESUÍNO ARAÚJO - Secretário